



ATA DE REUNIÃO - CES

Data: 27/08/22;

Horário: 14h;

Local: Auditório do Tribunal Pleno no Tribunal o Palácio da Justiça "Des. Robério Nunes dos Anjos".

Presentes:

- Desembargador Cristóvão Suter;
- Conselheiro Richard Pae Kim do Conselho Nacional de Justiça;
- Dr. Bruno Costa, Presidente do Comitê Estadual de Saúde e Coordenador do NatJus;
- Dr. Rodrigo Meireles Ortiz - Juiz Federal do TRF-1 Seção Judiciária de Roraima e Vice Coordenador do Comitê Estadual de Saúde;
- Dr. Rafael Martins Liberato de Oliveira - Defensor Público Federal / DPU - Em substituição ao Dr. Paulo Sérgio Membro do Comitê;
- Sr. Rogério Leite Santana - Chefe do Serviço de Transferência de Recursos do Ministério da Saúde em Roraima - SETER RR em substituição à Dra. Andréia Maia Membro do Comitê;
- Dr. Aluizio Ferreira Vieira - Juiz Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista;
- Dr. Eduardo Álvares de Carvalho - Juiz Titular da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Boa Vista
- Dra. Sara Mubarac - Advogada substituindo o Dr. Rui Figueiredo - representante da OAB
- Membro do Comitê;
- Dr. Temair Carlos Siqueira - Procurador do Estado de Roraima e Membro do Comitê;
- Dra. Cecília Smith Lorenzon - Secretária de Saúde do Estado - SESAU e Membro do Comitê;
- Dra. Inajá Maduro - Defensora Pública Estadual (DPE) e Membro do Comitê;
- Dra. Marcela Medeiros - Procuradora-Geral do Município (PGM) e Membro do Comitê;
- Dra. Cláudio Galvão dos Santos - Secretário Municipal de Saúde (SMSA) e Membro do Comitê;
- Dr. Karina Fioretti Josué - Assessora de Saúde do NatJus e Membro do Comitê;
- Sr. João Henrique Corrêa Machado - Chefe de Setor do NatJus;

1. Reuniram-se no dia 27 de julho de 2022 os Membros do Comitê Estadual de Saúde listados acima. A reunião foi iniciada com a apresentação dos membros presentes.

2. Em seguida, o Presidente Des. Cristóvão, cumprimentou a todos e destacou a honra pela presença do Conselheiro Rirchard Pae Kim. Esclareceu o objetivo do judiciário de garantir o acesso à justiça, garantindo o acesso à saúde, por meio de uma prestação judicial segura, com a participação coletiva dos órgãos e setores envolvidos. Finalizou agradecendo também a presença de todos.

3. Por conseguinte, o Dr. Bruno, cumprimentou a todos os presentes e realizou a apresentação do cenário atual das Ações do Comitê e o NatJus (apresentação anexada ao ep. SEI n. 1383356), com destaque à composição do Comitê, existência do Regimento Interno, designações dos membros, quantitativo de reuniões realizadas, funcionamento e composição do NatJus, fluxo de emissão da Nota Técnica, e-natjus, apresentação dos projetos realizados e futuros e a estatística de processos de saúde e Notas Técnicas emitidas.

4. Ao final da apresentação, o Cons. Richard pediu esclarecimento a respeito do volume de processos de estrangeiros. E foi informado pelo Dr. Bruno, que refere-se a Notas Técnicas emitidas em processos de partes imigrantes, onde só de venezuelanos está em 63 processos.

5. Ainda, o Des. Cristóvão perguntou se existe alguma forma de comunicação e interlocução entre o NatJus e a Operação Acolhida sendo informado que, no que diz respeito a atuação do NatJus na emissão de Notas Técnicas, não há interlocução visto que se tratar do momento da atuação. Oportunidade em que o Des. Cristóvão sugeriu que fosse pensado em alguma estratégia de interlocução, visando a desjudicialização dessas demandas de estrangeiros.

6. Em seguida, o Cons. Richard agradeceu a gentileza de ser recebido, esclareceu que sua presença representa a função de conselheiro do CNJ e supervisor do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Saúde (FONAJUS) e fez uma breve explicação acerca da adequação do nome do Fórum, que deixou de ser Fórum da Saúde.

7. Após, passou a tratar da Política Nacional do Judiciário para a saúde, que demanda o conhecimento do funcionamento dos Comitês Estaduais de Saúde e NatJus e os eixos de atuação que vem sendo construídos. Destacou que a visita serve para aprender, repensar os eventuais desvios que possam existir e para possibilitar que o CNJ auxilie os envolvidos.

8. Informou que existem quase 400 mil processos de saúde distribuídos anualmente ligados à saúde e que muitos desses processos são resolvidos de forma pré-conciliação e que em virtude disso, um dos nortes da Política Nacional de Saúde é incentivar a conciliação e pertence aos Comitês um importante papel nesse aspecto.

9. Explicou que em Comitês e NatJus onde a comunicação e o fluxo de informações é melhor, há a possibilidade da existência de um quadro situacional detalhado da saúde, viabilizado uma melhor gestão da saúde pública.

10. Destacou que o judiciário precisa ser olhado sob a perspectiva de uma gestão da coisa pública, e que o CNJ deixou de ser um órgão meramente controlador e passou a ser também de fomentador das políticas judiciárias, visa auxiliar o país e os poderes, o que o incentiva a investir cada vez mais em informações e mecanismos de coleta de informações, como, por exemplo, o Data Jus, e futuramente o sistema “folders” permitindo a identificação de informações cruciais para várias políticas públicas, buscando o objetivo principal de atender adequadamente a população;

11. Após essa introdução, o Cons. explicou a importância da participação ativa dos membros do Comitê, momento em que abriu para que todos pudessem se apresentar e opinar sobre a importância do Comitê sob a perspectiva de cada uma das instituições que representam.

12. A palavra foi passada para a Dra. Marcela, que saudou a todos e destacou a importância dos trabalhos do Comitê e se colocou a disposição para estreitar os laços, agilizar os fluxos de informação e reforço na judicialização da saúde por ser resultado de uma ineficiência de serviços essenciais. Demonstrou também a preocupação com a industrialização da judicialização e o tratamento individualizado em cada ação.

13. Em seguida, o Dr. Cláudio iniciou sua fala cumprimentando a todos e destacou a mudança

no volume de ações de saúde sendo perceptível a diminuição desse volume. Ratificou o desejo em contribuir no fortalecimento do tratamento à judicialização da saúde. Finalizou sua fala agradecendo o apoio e o grande trabalho desenvolvido pelo Dr. Aluizio, que foi primordial para os resultados percebidos.

14. Com a palavra, a Dra. Saara, cumprimentou a todos e fez um apanhado geral da linha de trabalho que a jovem comissão de saúde da OAB vêm desenvolvendo, com enfoque em ouvir as autoridades, representantes dos conselhos e profissionais de saúde, bem como buscando maneiras de atender as demandas trazidas. Por fim, informou que a Comissão tem trabalhado em um relatório que contém tais demandas e tão logo será apresentado ao Comitê, com o objetivo de dar conhecimento e auxiliar na tomada de decisões.

15. Por conseguinte, a palavra foi passada para o Dr. Rodrigo, que cumprimentou a todos e explicou não haver nenhuma demanda específica para o Comitê, no momento, mas que se coloca a disposição nos trabalhos visto a importância da atuação do Comitê.

16. Em seguida, a Dra. Cecília cumprimentou a todos, ressaltou que atuou na SESAU em 2019 e há época, teve uma atuação bem próxima à Vara da Fazenda Pública em virtude de perceber uma discrepância em virtude da alta demanda como também da ausência de embasamento técnico nas fundamentações processuais.

17. A Dra. Cecília mencionou ser perceptível a evolução no quadro da judicialização de saúde no Estado, o que tem facilitado seu trabalho enquanto Secretária de Estado. Com isso, não são só os anseios da população que vem sendo observados, mas sim as competências em razão da colaboração multidisciplinar na gestão da judicialização da saúde por parte do Comitê.

18. Por fim, a Dra. Cecília enfatizou a importância e os benefícios do debate conciso e objetivo entre os membros do Comitê o que contribuirá no desenvolvimento da saúde em Roraima.

19. Com a palavra, a Dra. Inajá, começou cumprimentando a todos, e pontou a importância do judiciário de Roraima ter especializado a Vara da Fazenda Pública, o que demonstrou uma imensa diferença na celeridade, na eficácia e no cumprimento das decisões após a mudança. Além do mais, destacou o bom funcionamento do NatJus, que tem produzido Notas Técnicas com base científica, demonstrando um trabalho de excelência.

20. Continuando, a Dra. Inajá ratificou a necessidade da reativação da Câmara de Conciliação da Saúde, o que acarretará em menores custos, menor tempo no desenvolvimento no processo e maior resolução pre-processual da demanda. Por fim, informou que já vem trabalhando de forma pré-processual em parceria com a Secretaria de Saúde do Estado, motivo pelo qual se colocou à disposição para desenvolver o trabalho na Câmara, pois entende que quanto mais se especializa, quanto mais se faz diagnósticos, mais se consegue soluções em âmbito coletivo, visando um atendimento de excelência à população.

21. A palavra foi passada ao Dr. Temair, que cumprimentou a todos e destacou o grande avanço no tratamento das demandas de saúde, o que possibilita que os demandados possam atender a demanda, pondo fim ao processo. Destacou ainda os benefícios com a reativação da Câmara de Conciliação da Saúde; Por fim, trouxe ao conhecimento de todos uma problemática enfrentada pela procuradoria no que diz respeito à prestação de contas por parte do usuário do serviço de saúde.

22. Com a palavra, o Dr. Eduardo cumprimentou a todos, ressaltou a importância do tema e do evento. Informou acerca de sua experiência prática como médico, bem como das demandas relacionadas à judicialização da saúde. Por fim, se colocou à disposição para auxiliar nos trabalhos do Comitê.

23. Em seguida, a palavra foi passada para o Sr. Rogério, que esclareceu que a superintendência atua perante o Comitê Estadual de Saúde como mediador, na tentativa de melhorar o diálogo entre o Estado e Município e ainda para evitar a judicialização de processos de saúde. Por fim, agradeceu a visita do Conselheiro e se colocou a disposição para auxiliar o Comitê no que for necessário.

24. O Cons. interrompeu as apresentações para demonstrar sua admiração por ser o primeiro Comitê Estadual que conta com a participação e contribuição ativa de representante do Ministério da Saúde, durante suas visitas.

25. Aproximando-se do fim das apresentações, o Dr. Rafael iniciou sua fala ressaltando que subscreve as palavras da Dra. Inajá. Ratificou também o que foi dito pelo Dr. Temair quando citou a dificuldade enfrentada em relação à prestação de contas e destacando que algumas execuções têm se tornado processos eternos. Por fim, fez um apelo para ser realizado um mapeamento da frequência dos casos inclusive com demonstração de medicamentos mais demandados de modo a contribuir no acesso à saúde dos jurisdicionados.

26. Com a palavra, o Dr. Aluizio cumprimentou a todos e destacou a importância do CNJ em fazer esse tipo de visita possibilitando a participação ativa de todos os envolvidos. Ressaltou que participou da implantação do NatJus e fica honrado ter feito parte de um setor que tem contribuído tão grandemente para a sociedade e ainda elogiou a atual gestão pela solidificação das políticas implantadas pela gestão anterior.

27. Em continuidade à sua fala, sugeriu a reativação da Câmara de Conciliação da Saúde, incentivando a participação política dos órgãos parceiros, em razão do projeto ser fundamental para evitar a judicialização; Ainda, salientou quanto aos cuidados em relação aos conflitos de natureza de saúde, uma vez que a especialização da unidade na tramitação das ações de saúde foi determinada pelo CNJ e tem como objetivo de qualificar e deixar mais célere o desenvolvimento de saúde e saúde suplementar durante o processo judicial.

28. Ainda nesse sentido, enfatizou as vantagens da atuação especializada nos processos de saúde na Vara da Fazenda Pública, bem como as vantagens trazidas com a criação do NatJus que proporcionou segurança aos magistrados para decidir nesses processos.

29. Destacou que além dessas, há outras políticas públicas no judiciário que merecem atenção e principalmente cuidado quando implementadas, à exemplo o Justiça 4.0, projeto este de grande importância, mas que pessoalmente tem reservas no que diz respeito à distribuição dos processos de saúde, tendo em vista a natureza do tema. Em continuidade, mencionou que mesmo ultrapassada a possibilidade de vincular a matéria de saúde pública ao Justiça 4.0, independentemente da competência especializada, deve-se observar o previsto no art. 2º da Resolução CNJ nº 385/202, que fala que nos processos novos distribuídos, a parte deve optar ou pela vara especializada, ou pelo projeto Justiça 4.0.

30. Demonstrou ainda sua preocupação quanto à implementação desse projeto em relação aos processos em curso, devendo ter o cuidado de aplicar o, a pouco mencionado, art. 2º. em relação aos processos novos.

31. Finalizou sua fala esclarecendo que está de portas abertas aos membros do Comitê e à disposição para contribuir no que for necessário.

32. Em seguida, com a palavra, a Dra. Karina se apresentou e explicou que sua função dentro do NatJus é fazer uma análise minuciosa processual, identificando todas as nuances, todos os documentos apresentados para que as notas emitidas sejam mais técnicas possível. Finalizou sua fala agradecendo os elogios feitos pela Dra. Inajá, justificando que percebe a importância do trabalho para dar mais segurança aos magistrados e se colocou à disposição de todos inclusive na reativação da Câmara de Conciliação da Saúde.

33. Finalizando as apresentações, o Sr. João cumprimentou a todos e destacou a característica ímpar de se tratar de um estado pequeno, no entanto, caro. Destacou que nos últimos anos a melhora desse quesito tem sido perceptível. Salientou que o NatJus tem trabalhado com foco na coleta de dados, fato que tem possibilitado se destacar entre os demais NatJus do país, de forma a auxiliar os membros do Comitê na tomada de decisões. Pontou a Iniciativa de reunir os NatJus da região Norte, já realizada por duas vezes, em virtude de compartilharem de características muito próprias e iniciativas específicas, com destaque ao NatJus do Tribunal de Justiça de Estado do Amazonas, que tem compartilhado boas práticas para dificuldades

semelhantes ao de Roraima, permitindo um olhar mais regional. Por fim, elogiou a atuação do Comitê pela dedicação, pelos debates dinâmicos e relação fluida entre os participantes, apesar das particularidades de cada um.

34. Após as apresentações, com a palavra, o Cons. Richard comentou usando um famoso "meme" dizendo "eu já sabia", uma vez que o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima é destaque Nacional na prestação jurisdicional, vencedor do selo Diamante e que as tantas iniciativas e desenvolvimento de trabalhos demonstrados durante a reunião são consequência de sua excelência.

35. Ainda, ressaltou que o investimento à conciliação e mediação no país depende da capacidade de trabalho dos Tribunais e da capacidade de soluções no âmbito pre-processual, onde a Câmara de Conciliação da Saúde só vai solucionar se houver rapidez. Ao mesmo tempo que se houver rapidez e solucionar, vai gerar outro problema que é o da fura fila. Ou seja, A Câmara de Conciliação da Saúde deve saber funcionar, fazendo a devida análise do ponto de vista de uma avaliação de risco. Deixando de incentivo a sugestão de que o diálogo seja profundo a fim de se verificar adequadamente o problema.

36. Apresentou ainda algumas alternativas como forma de solução:

37. Com relação à demanda predatória que visam aferir lucros com a judicialização, propôs o estabelecimento de fluxos eficientes de solução em cada uma das demandas frequentes;

38. Sobre a Saúde suplementar, destacou que o tema que está sendo debatido, por se tratar de tema ainda não abordado pelos Comitês, oportunidade em que convocou os Comitês para participar da 5ª Jornada de Saúde, nos dias 18 e 19 de agosto de 2022 em Salvador/BA, de forma híbrida, onde serão abordados temas complicados como, por exemplo, da judicialização do "Home Care".

39. Sugeriu ainda que o Comitê tenha, ainda que como convidado, a participação dos Tribunais de Contas, momento em que foi informado que no Comitê de Roraima já vem ocorrendo conforme deliberação do Comitê.

40. Mencionou ainda a questão da Federalização das demandas judiciais para medicamentos de alto custo, tema que está sendo estudado e pensado, não só pela competência, mas também pelo financiamento, o que será levado ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal, para que o tema seja tratado por todos os participantes envolvidos.

41. Finalizou elogiando o Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e o excelente trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Comitê. Agradeceu a participação de todos e se colocou à disposição e incentivou o diálogo entre todos os membros por meios de reuniões e busca de soluções e boas práticas.

42. No encerramento, o Des. Cristóvão agradeceu a dedicação de todos os envolvidos para o alcance dos objetivos, e o apoio do CNJ dando segurança para avançar em temáticas tão importantes. Agradeceu o excelente trabalho do Cons. Richard e de todos os membros do Comitê.

43. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às 15:50, sendo lida e assinada.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO FERNANDO ALVES COSTA**, Coordenador do NATJUS, em 09/01/2023, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1382467** e o código CRC **45D3D9E2**.

